Apresentação: 11/03/2024 15:49:55.680 - Mesa
RIC n.493/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N°___/2024

(do Sr. Marcos Pollon)

Requer informações a Ministra de Estado da Saúde, Sra. Nísia Trindade, relativos aos contratos realizados com empresa aérea suspeita de atividades ilegais no País, Empresa Aérea Piquiatuba Táxi Aéreo LTDA.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.ª, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações da Sra. Nísia Trindade, relativamente aos contratos realizados entre o Ministério da Saúde e a Empresa Aérea Piquiatuba Táxi Aéreo LTDA, CNPJ 07.326.869/0002-50 com sede no Setor Aeroporto Internacional De Belém Hangar 09 Piquiatuba Sn, CEP 66617-420

1- O Ministério da Saúde realizou contratos de Taxi Aéreo com a empresa em referência?
2- Caso tenha realizado, qual o valor total dos contratos?

LexEdit
CD242955594000
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242955594000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 11/03/2024 15:49:55.680 - Mesa
RIC n.493/2024

3- A empresa em referência tem processos judiciais onde a há suspeita de auxilio em um garimpo dentro da Reserva Biológica Maicuru, no norte do Pará?
4- Há processos em curso por suspeita de garimpo de ouro ilegal da empresa?
5- Houve processo licitatório para a contratação da empresa? No processo licitatório houve outros participantes?
6- Qual a porcentagem entre os valores contratados e o orçamento da União para os DISEI's que são beneficiados?
7- A Controladoria Geral da União apontou alguma irregularidade nos contratos com esta empresa?
8- Há alguma relação politica entre membros do alto escalão do governo federal e a empresa?
9- Houve, durante a execução dos contratos, algum desvio de finalidade na prestação de serviços de Táxi Aéreo? Tais como transporte de minérios ou mesmo de garimpeiros?
10- Os sócios da empresa em referência são garimpeiros irregulares como aponta o Ministério Público Federal que os denunciou em 2021?

JUSTIFICATIVA

Recentemente foi publicada matéria em jornal de grande circulação nacional, apontando irregularidades na condução do processo licitatório para a contratação da Empresa Aérea Piquiatuba Táxi Aéreo CNPJ 07.326.869/0002-50 com sede no Setor Aeroporto Internacional De Belém Hangar 09 Piquiatuba Sn.

Há suspeição de que a empresa exerceu durante algum tempo a atividade de garimpo ilegal de ouro em terras indígenas, o que na realidade invalidaria todo e qualquer processo licitatório, pois a lei de licitações não permite que tais empresas tenham contrato.

LexEdit
CD242955594000
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242955594000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 11/03/2024 15:49:55.680 - Mesa
RIC n.493/2024

Edson Barros da Silva e Patrick Paiva da Silva, sócios da empresa, foram denunciados pelo MPF em maio de 2021 por atuarem na extração ilegal de ouro numa região conhecida como Garimpo do Limão, que fica a 10 quilômetros do território indígena Rio Paru d'Este. A terra abrange os povos Aparai, Wayana e isolados do alto Rio Ipitinga.

Inclusive com suspeita de trafico de influencia por parte de membro da atual equipe do governo federal, "casado com a vereadora de Santarém Adriana Almeida (União Brasil), aliada do ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil), o empresário Edson é piloto de avião, seu irmão Patrick é o responsável pelo setor de recursos humanos da empresa."

Como sabemos a Reserva Biológica Maicuru fica próxima a indígenas que vivem isolados. De acordo com o *Estadão*, o fundador do garimpo, Armando Amâncio da Silva, é pai dos sócios da Piquiatuba, Edson Barros da Silva e Patrick Paiva da Silva. Ele construiu o grupo empresarial da família a partir da extração ilegal de ouro.

Uma serie de fatos nos levam a questionar o Ministério da Saúde sobre a correição do processo licitatório, inclusive com seu valor a ser questionado da mesma forma.

Apenas para constar, a Piquiatuba Táxi Aéreo tornou-se ré em maio de 2021, quando a denúncia do MPF foi aceita pela Justiça Federal. Portanto, a ligação com o garimpo ilegal na Floresta Amazônica já era conhecida dois anos antes de o governo petista firmar o contrato milionário com a empresa.

De acordo com a denúncia, a atuação na extração ilegal de ouro acontece numa região chamada de Garimpo do Limão, que fica a 10 quilômetros do território indígena Rio Paru d'Este. A terra abrange os povos aparai, wayana, que vivem isolados no Alto Rio Ipitinga.

Portanto há a necessidade de esclarecimentos a respeito do ato administrativo completo, e tudo mais que envolveu essa contratação.

O Jornal O Estado de São Paulo, destacou o título da matéria "Governo Lula fecha contratos de R$ 14 milhões com empresa ré por garimpo ilegal na Amazônia," a

LexEdit
CD242955594000
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242955594000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 11/03/2024 15:49:55.680 - Mesa
RIC n.493/2024

matéria completa pode ser analisada em https://www.estadao.com.br/politica/governo-lula-fecha-contratos-de-r-14-milhoes-com-empresa-re-por-garimpo-ilegal-na-amazonia/

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos o apoio dos nobre colegas, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções que garantam uma atuação firme, porém justa e respeitosa, por parte desta Casa de Leis sobre os gastos exorbitantes com a administração pública.

Sala das sessões, em 11 de março de 2024.

MARCOS POLLON

PL/MS

LexEdit
CD242955594000

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242955594000
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon